



PANDEMIA

Fiocruz: ocupação de UTI recua

» GABRIELA BERNARDES*

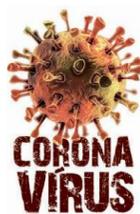
Apesar do número crescente de novos casos de covid-19, os dados da última semana relativos às taxas de ocupação de leitos de UTI para adultos, no Sistema Único de Saúde (SUS), indicam tendência de melhora pela primeira vez neste ano. É o que aponta o *Observatório Covid-19*, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Os números coletados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), sobre as mortes e o registro de infecções, parecem corroborar a tendência apontada pela Fiocruz. Nas últimas 24 horas, o Brasil registrou 854 mortes e 120.549 novos casos de covid-19. Assim, o país acumulou 639.689 óbitos e 27.659.052 infectados desde o início da pandemia. A média móvel de vidas perdidas em sete dias ficou em 840, ante 888 na segunda-feira e 820 mortes, há uma semana.

Das nove unidades da Federação que se encontravam na zona crítica (taxas iguais ou superiores a 80%) na semana anterior, somente quatro permaneceram: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Outras cinco passaram para a zona de alerta intermediário (taxas iguais ou superiores a 60% e inferiores a 80%): Tocantins, Piauí, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás. Amapá e Ceará, que estavam na zona de alerta intermediário, saíram.

O *Observatório* destaca que, embora algumas taxas de ocupação de leitos ainda estejam muito elevadas, o enfraquecimento da grande onda de casos provocada pela ômicron, sentida em dados epidemiológicos, está começando a se refletir na diminuição da ocupação das vagas de UTI. Os pesquisadores da Fiocruz observam que os avanços na campanha de vacinação foram fundamentais para impedir números maiores de casos críticos e graves, internações e óbitos. Porém alertam que não se pode ignorar que riscos de reveses permanecem.

Segundo a fundação, a vacinação foi responsável para que a letalidade da covid-19 no período atual não seja tão alta quanto em períodos anteriores — atualmente, está em torno de meio por cento (0,4%), enquanto no período mais crítico chegou a 4%. Hoje, uma a cada 200 pessoas notificadas com covid-19 vem a óbito. Nos períodos anteriores da pandemia, esse número foi de quatro mortes a cada 100 pessoas, como foi em de 2021. (Com MEA*)



MEIO AMBIENTE

País está longe de cumprir promessas

Para especialistas, agenda ambiental do governo põe em risco compromissos com a OCDE e a COP26

» MARIA EDUARDA CARDIM

Apesar de ter destacado o compromisso do Brasil em “em adotar e implementar completamente políticas públicas em linha” com as metas climáticas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o governo do presidente Jair Bolsonaro continua dando apoio a uma política ambiental. Para especialistas consultados pelo *Correio*, o principal desafio para cumprir os objetivos junto à OCDE e à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26) é a atuação do próprio governo.

Um dos últimos atos do presidente foi instituir um programa de apoio ao desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala (Pró-Mape). Entre as metas estão “estimular as melhores práticas, a formalização da atividade e a promoção da saúde, da assistência e da dignidade das pessoas envolvidas com a mineração artesanal e em pequena escala”. O decreto considera “mineração artesanal” como aquela

voltada à “extração de substâncias minerais garimpáveis”.

A medida foi criticada por ambientalistas, que acreditam que é apenas mais uma política do governo Bolsonaro para apoiar o avanço do garimpo. O decreto questionado por especialistas também enfrenta resistência de parlamentares. A bancada do PT na Câmara dos Deputados apresentou, ontem, um projeto de decreto legislativo para sustar a decisão do governo. Para os deputados, a medida emite “um sinal verde definitivo” para atuação do garimpo, que cresceu na região da Amazônia Legal durante a Presidência de Bolsonaro.

O decreto dos parlamentares aponta que, segundo informações de entidades como a Operação Amazônia Nativa (Opan) e outras, as requisições para atividade de lavra garimpeira no Amazonas aumentaram 342% no segundo ano do atual governo, na comparação com a média da década anterior.

Além do garimpo, o desmatamento do bioma também bateu novo recorde em janeiro, quando

Reuters



Garimpeiros no Rio Madeira: decreto de Bolsonaro estimula a degradação ambiental

houve aumento acima de 400% na devastação. Os recordes negativos apontam, segundo especialistas, o desmonte que o atual governo faz da capacidade que o país tem de preservar o meio ambiente e seguir práticas de

conservação ambiental.

“O Brasil tem todo potencial de entregar o que é requisitado pela OCDE. O país pode fazer isso. A prova é que o Brasil, entre 2004 e 2012, diminuiu o desmatamento da Amazônia em 80%

com a mesma legislação vigente. O Brasil tem capacidade de fazer isso, mas este governo, não. Este governo desmonta essa capacidade”, lamentou Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

3 perguntas para Adriana Ramos (Instituto Socioambiental) e para Marcio Astrini (Observatório do Clima)

Como avalia o atual momento do Brasil na área de políticas para o meio ambiente?

AR — Acho que a gente não tem uma política ambiental. O Brasil abriu mão de todas as políticas ambientais que estavam em funcionamento e esvaziou a atuação dos órgãos ambientais. Tem um governo que estimula a ilegalidade e as atividades predatórias, o que implica você ter resultados ambientais muitos ruins. O Brasil retrocedeu bastante. MA — O que a gente tem é uma frustração, já que o governo federal tem uma linha de conduta de enfraquecer o sistema de proteção ambiental da União. Ele acredita que esse sistema de proteção ambiental joga contra os interesses dos seus eleitores e a missão que impõe é de fragilizá-lo da fiscalização à legislação.

Claudio Tavares/ISA



Adriana Ramos, coordenadora do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental

O presidente Bolsonaro disse, em carta à OCDE, que o Brasil possui práticas relacionadas à preservação da área ambiental do país. Isso, de fato, acontece? Estão sendo executadas?

AR — Ele fez um grande esforço para desmontar isso que se tem,

Márcia Alves/Observatório do Clima



Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima

mas, apesar do esforço dele, nem tudo conseguiram fazer, porque muitas coisas a própria Justiça impediu. Outras coisas ele não conseguiu fazer porque estão consolidadas na legislação. O que eles estão fazendo agora é usando o que o Brasil construiu antes dele chegar e que ele tentou destruir como uma garantia de

que o país tem condições de cumprir certos compromissos. MA — Essas promessas do governo de reverter o atual quadro que foi criado no Brasil só poderão ser cumpridas sem o atual governo. Porque esse governo foi o que implementou o caminho contrário a promessa que ele mesmo fez. O que eles tentam é sempre vender uma situação em que o Brasil já tem muitas áreas protegidas e já tem uma legislação. O debate, porém, não é sobre o que o Brasil tem, é o que está sendo feito com o que o país tem.

Que outras esferas públicas podem ajudar o Brasil a cumprir e atingir as metas propostas para preservação ambiental? Como o Congresso pode ajudar?

AR — A política ambiental brasileira sempre foi estruturada a partir do sistema nacional de meio ambiente. A lei da política nacional do

meio ambiente veio de 1981 e, desde então, o Brasil tem uma política ambiental que reconhece essa necessidade de ter uma complementaridade das diferentes esferas públicas e a participação da sociedade. Isso foi uma das coisas que a gente rompeu ao reduzir o trabalho do Conselho Nacional do Meio Ambiente e deixar de implementar esses mecanismos de gestão que faziam essa interação. MA — O Executivo, para a área do meio ambiente, é o poder mais importante que temos, é o eixo mais importante para a política ambiental. Tem também o Legislativo, que, nesse momento, se não atrapalhar, já faz um grande favor, porque toda agenda do legislativo hoje na área ambiental é de consolidar retrocessos. E a gente precisa também dos governo dos estados, que têm papel importante em outra parte da agenda ambiental.

TRÁFICO

Justiça militar condena sargento a 14 anos

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel da Silva Rodrigues foi condenado, ontem, pela Justiça Militar da União a 14 anos e seis meses de prisão e multa por tráfico internacional de drogas. Ele foi preso em Sevilha, Espanha, em 2019, depois de ser flagrado com 37 quilos de cocaína em um dos aviões que precederam a viagem do presidente Jair Bolsonaro ao Japão. A decisão foi em primeira instância, ou seja, ainda cabe recurso.

Inicialmente, a pena estipulada para Manoel — que continua preso na Espanha — foi de oito anos e nove meses, mas o contexto da apreensão foi

considerado agravante. Isso fez com que a punição fosse elevada para 14 anos e meio.

Segundo o juiz do caso, Frederico Magno de Melo Veras, o cenário apontava para atividade criminosa frequente e má-fé por parte do sargento, visto que ele teria usado o conhecimento que tinha das normas internas para viagens diplomáticas e treinamento como militar para fazer o transporte da droga. Mesmo assim, a cocaína foi interceptada no raio-x da bagagem.

O advogado de Manoel, Thiago Diniz Seixas, tentou diminuir a importância do sargento no esquema. Defendeu que o militar seria apenas uma “mula” para o tráfico — ou seja, foi apenas o

responsável pelo transporte da cocaína e não estaria envolvido nas outras etapas da rede criminosa —, pois estava “sem saída” e em condição financeira complicada. Além disso, o advogado afirmou que a situação não prejudicou a saúde pública, já que a carga foi apreendida antes que circulasse.

Julgamento

O julgamento aconteceu na 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em Brasília, integrado pelo componentes do Conselho Permanente de Justiça. Além do juiz Frederico Magno, três capitães e um coronel da FAB votaram pela condenação do sargento. Manoel já havia sido

condenado a seis anos de prisão e pagamento de 2 milhões de euros pela Justiça espanhola, em 2020. Na ocasião, ele confessou o crime e conseguiu um acordo para diminuir a pena.

O juiz Frederico Veras se declarou favorável à dedução do tempo de cárcere cumprido pelo sargento na Espanha da pena brasileira imposta a ele no Brasil. A palavra final sobre a medida, no entanto, será do juiz de execução, assim que o acusado se apresentar às autoridades no Brasil — quando ainda deve ser multado em 1,4 mil dias, definidos em 1/30 de um salário mínimo.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

Petrópolis debaixo d'água

Arquivo Pessoal



Um temporal que atinge a cidade de Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, desde ontem à tarde, causou o deslizamento de uma encosta de um morro, provocando pelo menos seis mortes, segundo o Corpo de Bombeiros. Em uma hora, choveu 113 milímetros em Petrópolis — em seis horas a tempestade atingiu 260 milímetros. A Defesa Civil registrou mais de 50 deslizamentos.